

MEMORIA DEL SEMINARIO

POLITICAS AGRARIAS Y EMPLEO EN AMERICA LATINA

MURILLO * BARRERA * SANTOS DUARTE
PRUDENCIO * MAIGUASHCA * VERGARA
URRIOLA * MARQUEZ * RIVERA * JARAMILLO
DURANGO * MARTINEZ * RUIZ * ROSERO

IEE * ILDIS * CLACSO

Créditos

Es una publicación del Instituto de Estudios Ecuatorianos, IEE; del Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, ILDIS; y del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO.

© IEE, ILDIS, CLACSO, 1987

Edición

Santiago Escobar

Diseño, diagramación y portada:

Iván Fernández

Secretaría

Enna Arboleda
Alicia Terán

IEE, Carrión 555 B, Telf.: 232-123, Casilla 147 - Suc. 12 de Octubre, Quito, Ecuador

ILDIS, Av. Colón 1346, Telf.: 562-103, Casilla 367-A, Quito-Ecuador
CLACSO, Callao 875 - 3er. piso E, Telf. 44.8459, Ap. postal 1023 Buenos Aires, Argentina

Contenido

Presentación	Pág. 9
Introducción	11
Procesos migratorios y de urbanización _____	
– “Algunos aspectos sobre el desarrollo rural, el empleo y las migraciones en Colombia en la actualidad”	21
Gabriel Murillo y Cristina Barrera	
– “Emprego rural e migrações no nordeste brasileiro”	37
Renato Santos Duarte	
– “Población y empleo en el sector rural de Bolivia”	55
Julio Prudencio	
– “Empleo y relaciones campo-ciudad en Santo Domingo de los Colorados”	81
Lincoln Manguashca	
Agroindustria y Reforma Agraria _____	
– “La Reforma Agraria peruana y el empleo agrícola”	95
Ricardo Vergara B.	
– “Los efectos del crecimiento de la agroindustria sobre el empleo agrícola”	127
Rafael Urriola	

Impacto de Políticas Globales

- “Notas para una discusión acerca de la eficiencia de las políticas de empleo sectoriales como forma de enfrentar el “problema ocupacional”:
Una reflexión a partir del caso de México” 141
Carlos Márquez

- “Las políticas económicas neoliberales y su impacto en la producción y empleo agrícola en Chile”. 161
Rigoberto Rivera

- “Flotación cambiaria, agroexportación y empleo en el Ecuador”. 185
Fidel Jaramillo

- “El Programa Andino de Desarrollo Tecnológico para el Medio Rural dentro del Desarrollo Rural Integral” 207
Jaime Durango F.

Etnicidad

- “El problema del empleo rural en una zona predominantemente indígena: Cotacachi” 221
Luciano Martínez

- “Colonización y reproducción de la fuerza de trabajo indígena: El caso de Pastaza” 235
Lucy Ruiz

- “Políticas agrarias, empleo y reciprocidad en la comunidad andina” 255
Fernando Rosero

**Emprego rural e migrações
no nordeste brasileiro**

Rene Santos Duarte

1. Introdução

A região Nordeste tem-se caracterizado historicamente como região de movimentos migratórios de expulsão interregional e de deslocamentos intra-regionais. São várias as explicações para esse fenômeno. Uma, diz respeito ao processo de crescimento desigual, em termos espaciais, da economia brasileira, de que resultaram acentuadas disparidades regionais: padrões e ritmos diferenciados de industrialização e de modernização agrícola levaram a economia do Nordeste a se atrasar em relação às das regiões Sudeste e Sul 1/ Outra explicação é identificada em algumas características de própria região nordestina, em particular as condições ecológicas, os padrões de posse e uso da terra e a dinâmica populacional. As seções seguintes tratarão, de modo sucinto, dessas características, descrevendo o cenário onde se dão os movimentos migratórios intra e interregionais.

2. Condições ecológicas

Não obstante ter preservado uma identidade própria que o singulariza dentro do contexto nacional, o Nordeste apresenta significativa heterogenei-

* Trabalho apresentado no seminário sobre Políticas Agrárias y Empleo en América Latina, realizado em Quito (Equador), em outubro de 1986.

** Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e Professor do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

1/ Esse assunto, que pela sua amplitude extrapola os limites em que se circunscreve este trabalho, tem sido objeto de vários estudos. Ver, dentre outros: Roberto C. Albuquerque e Clóvis de V. Cavalcanti, **Desenvolvimento Regional no Brasil**, Brasília, IPEA/ IPLAN, 1976; Francisco de Oliveira, **Elegias para uma Região**, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1977. UFPE/ IPEA SUDENE, **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Vol. 1 Recife, SUDENE, 1984.

dade em termos ecológicos e no tocante à ocupação econômica e demográfica. Uma visão panorâmica da geoeconomia da região permite que se distingam dois grandes sistemas: as periferias úmidas e o interior semi-árido. Para efeitos analíticos, esses dois extensos e diferenciados sistemas podem ser subdivididos, cada um, em dois outros sistemas. As periferias úmidas correspondem ao que a SUDENE denomina de Zona do Litoral e Mata e Zona do Meio Norte ou Transição Amazônica 2/. A primeira é formada por uma estreita faixa de terra que se estende paralela ao litoral oriental, da Paraíba à Bahia, com largura média da Paraíba à Bahia, com largura média de 100 quilômetros e representando cerca de 7,20/o da área total do Nordeste. Nessa sub-zona encontram-se os melhores solos e os mais elevados índices pluviométricos da região. Nesse sub-sistema predomina agricultura capitalista dominada pelas monoculturas da cana-de-açúcar e do cacau, destinados predominantemente aos mercados externos. Trata-se de zona de grande concentração demográfica (cerca de 230/o da população nordestina), de elevada densidade populacional e de acentuada concentração da propriedade e da renda. Esses fatores, associados ao fato de algumas das maiores cidades e da maioria das indústrias da região estarem ali localizadas, fazem com que aquela zona esteja submetida a intensos processos de emigração rural e de imigração urbana.

A segunda zona corresponde à porção ocidental do Nordeste, englobando todo o Estado do Maranhão e parte do Piauí. Trata-se de uma área de transição na qual o meio ambiente está sujeito a mudanças graduais, passando do clima semi-árido, na parte leste, para a floresta equatorial na porção oeste. A área corresponde a 22,40/o do território nordestino e a população representa cerca de 12,00/o de total da região. Em decorrência da regularidade e abundância das chuvas e da baixa densidade demográfica, a zona foi submetida a intensa imigração ao longo das décadas de 60 e 70. As principais atividades econômicas ali desenvolvidas são a policultura alimentar (principalmente o arroz), o extrativismo e a pecuária.

Também para fins analíticos o interior semi-árido pode ser subdividido em dois sub-sistemas que constituem, na realidade, a agregação dos outros quatro sub-sistemas constantes da divisão regional feita pela SUDENE. O primeiro é formado pela zona do Agreste e pela zona das Manchas Férteis, e o outro corresponde às zonas do Sertão e do Cerrado.

2/ MINISTERIO DO INTERIOR, Plano de Desenvolvimento Regional — 1972/74, Recife, SUDENE, 1971, pp. 15—31.

O Agreste é uma zona de transição entre a mata úmida e o interior semi-árido, estendendo-se do Rio Grande do Norte à Bahia, em uma área que corresponde a cerca de 10,80/o do território nordestino. A população representa 14,50/o do total regional, o que faz do Agreste uma zona densamente povoada. Trata-se de uma sub-região caracterizada por variações climáticas que a identificam com as zonas vizinhas, com clima úmido ou sub-úmido na porção oriental, e semi-árido na parte ocidental. Ao contrário da Zona da Mata, a estrutura de distribuição de terras exhibe considerável diversificação. Ocorre, também, um certo grau de especialização das atividades econômicas de acordo com os tamanhos das propriedades, sendo que os latifúndios dedicam-se predominantemente à pecuária, enquanto que nos estabelecimentos médios e pequenos predominam a policultura alimentar e a agricultura comercial de ciclo curto, cujos excedentes abastecem as cidades e indústrias da própria sub-região e da Zona de Mata e do litoral 3/. Durante as duas últimas décadas o Agreste tem sido submetido a um significativo processo de substituição da atividade agrícola pela pecuária 4/, decorrente, em grande parte, da concessão de incentivos fiscais do governo federal.

As Manchas Férteis são áreas úmidas, densamente povoadas, que se encontram espalhadas pelo interior semi-árido. Essa sub-região é constituída por áreas onde as condições naturais — as serras, os vales úmidos e as bacias de irrigação — favorecem a prática de uma agricultura relativamente mais produtiva do que no resto do sertão. A área das manchas férteis corresponde a cerca de 2,40/o do território nordestino e a população representa aproximadamente 4,50/o do total da região.

O Sertão e o Cerrado, aqui considerados como uma única sub-região, são fortemente dependentes do ciclo das chuvas, e caracterizam-se por ali se desenvolver uma agricultura de baixa produtividade. A sub-região tem 57,20/o da área do Nordeste e sua população corresponde a cerca de 41,70/o do total de nordestinos. As condições ecológicas adversas — clima quente e seco, distribuição irregular de chuvas, e solos pobres e rasos — fazem com que a densidade demográfica de 14 hab/km² se afigure relativamente alta. As acti-

3/ MARIO LACERDA DE MELO, Regionalização Agrária do Nordeste, Recife, SUDENE, Série Estudos Regionais No. 3, 1978, pp.163—70.

4/ MARIO LACERDA DE MELO, Os Agrestes, Recife, SUDENE, Série Estudos Regionais No. 4, 1980, pp. 523—33.

vidades primárias desenvolvidas na subregião são a pecuária extensiva, as culturas comerciais de ciclos médio e longo (especialmente o algodão mocó), ambas orientadas primordialmente para o mercado, e a agricultura de subsistência, praticada com métodos rotineiros e tradicionais. Essa combinação de atividades econômicas é alcançada através da prática do consórcio, a través do qual o algodão é plantado juntamente com as culturas de subsistência e, ao término da colheita, o gado é solto nos roçados para pastar. Esse tipo de organização econômica determina uma divisão do trabalho em que a atividade mais importante para os médios e grandes proprietários é a pecuária, dedicando-se os pequenos proprietários e os trabalhadores sem terra às culturas de subsistência 5/.

A zona semi-árida do Nordeste tem sido castigada periodicamente pelas secas. Apesar de afetar o semi-árido nordestino em diferentes intensidades 6/, os seus efeitos sobre a economia regional atingem proporções consideráveis. Esses efeitos podem ser constatados através das taxas de crescimento do produto regional em anos de seca. Ao longo das três últimas décadas ocorreram quatro grandes secas, sendo que o crescimento do produto regional nesses períodos foi muito baixo ou negativo: -0,80/o em 1951; 0,30/o em 1985; -0,90/o em 1970; e -0,50/o em 1981 7/.

Como seria de esperar, a seca afeta mais intensamente as famílias rurais mais pobres. Essas famílias, que compõem as categorias econômicas dos pequenos proprietários e dos trabalhadores sem terra, por produzirem prioritariamente para a própria subsistência, e por não produzirem um excedente para comercialização, não têm condições de acumular reservas com que possam enfrentar a falta de alimentos nos períodos de seca. Assim, privados dos meios de subsistência, a alternativa que se apresenta para os flagelados da seca é emigrarem ou se alistarem nas frentes de emergência mantidas pelo

governo federal. A pesar de seu caráter nitidamente assistencialista, as frentes de emergência funcionam como amortecedores dos efeitos da seca que, do contrário, poderia se transformar em calamidade social de enormes proporções. Os dados relativos aos números de alistados nas frentes de emergência nas últimas grandes secas são sugestivos do aumento dos contingentes de flagelados: 60 mil em 1951-53; 536 mil em 1958; 500 mil em 1970; 432 mil em 1979; 1.169 mil em 1981 8/. As informações referentes à situação ocupacional dos trabalhadores alistados nas frentes de emergência durante as secas de 1970 e 1979 confirmam o efeito discriminatório que têm as secas sobre a população sertaneja. Do total de alistados em 1970, 42,20/o eram parceiros e 31,90/o eram pequenos proprietários; em 1979, os agricultores não-proprietários alistados correspondiam a 75,10/o do total de inscritos 9/.

3. Posse e uso da terra

A estrutura da propriedade da terra no Nordeste apresenta-se muito desigual e tem apresentado, ao longo das últimas quatro décadas, duas nítidas tendências: a) fracionamento das pequenas propriedades; b) expansão da área ocupada pelas propriedades grandes. Enquanto o tamanho médio das propriedades com área inferior a 10 ha passou de 3,1 ha em 1960 para 2,7 em 1970, assim se mantendo em 1980, a área média dos estabelecimentos de 500 ha e mais passou de 1.347,5 ha em 1960 para 1.307,1 ha em 1970, subindo para 1.530,1 ha em 1980. A Tabela I confirma essas tendências ao mostrar que as propriedades com menos de 10 ha de área têm representado elevados percentuais do número total de imóveis (56,80/o em 1950 e 67,70/o em 1980) e têm ocupado porções relativamente pequenas de área

5/ MANUEL CORREIRA DE ANDRADE. A. *Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973, pp. 202-07.

6/ A área mais sujeita às secas é o chamado "Polígono das Secas", que abrange cerca de 860.000 Km², correspondentes a 52,00/o da área de atuação da SUDENE. Ministério do Interior. *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*. Brasília, MINTER, 1975, p. 81.

7/ DIRCEU M. PESSOA E CLOVIS DE V. CAVALCANTI. *Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970*. Recife SUDENE/SIRAC, 1973, p. 74; MINTER/SUDENE/BNB e SEPLAN/IPLAN. *Aspectos Gerais da Economia e da Sociedade do Nordeste*, vol. 2. Recife, 1983, p. 55.

8/ ANTHONY R. HALL. *Drought and Irrigation in Northeast Brazil*. Tese de Ph. D. submetida a University of Glasgow (Escócia), 1976, pp. 22-23; Manoel D. Neto e Geraldo A. Borges. *Seca Seculorum: Flagelo e Mito na Economia Rural Piauiense*. Teresina, Fundação CEPRO, 1983, p. 41. Em 1979 teve início uma das mais demoradas secas de que se tem conhecimento no Nordeste, e que se prolongou até 1983.

9/ DIRCEU M. PESSOA E CLOVIS DE V. CAVALCANTI, op. cit., pp. 111-14; Dirceu M. Pessoa. "Estratificação Social e Vulnerabilidade à Seca". *Boletim sobre População Emprego e Renda Nordeste*. Recife, SUDENE/FUNDAJ, jan. /abr. 1983, p. 137.

TABELA I
Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas do Nordeste por Grupos de Área
1950 a 1980 (porcentagem)

Grupos de área (ha)	1950		1960		1970		1980	
	Estabelecimentos número	área						
0	56,8	2,5	62,1	4,4	68,0	6,1	67,7	4,9
10	23,7	7,3	23,6	12,2	19,9	15,2	20,7	12,8
50	7,4	6,8	6,3	9,7	5,1	11,6	5,3	9,9
100	9,4	26,7	6,6	30,0	6,0	33,8	5,1	27,9
500	1,6	14,4	0,9	13,7	0,6	14,3	0,6	11,8
1000 a mais	1,1	42,3	0,5	30,0	0,4	19,0	0,4	32,7
Não declarado	0,0	—	—	—	—	—	0,2	—
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE

Censo Agropecuário do Brasil, 1950, 1960, 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Brasil, 1980.

10/ SEPLAN/IPLAN e MINTER/SUDENE/BNB, op. cit., pp. 142-49.

11/ Idem, pp. 156-57.

12/ Idem, p. 138

(2,5o/o em 1950 e 4,9o/o em 1980). No outro extremo da distribuição de terras, as propriedades de 500 ha e mais têm constituído proporções pequenas e com tendência declinante do número de estabelecimentos (27,0o/o em 1950 e 1,0 o/o em 1980), porém ocupando extensões relativamente grandes de área (56,7o/o e 44,5o/o em 1980). A evolução da estrutura de propriedade de terra encontra explicação, em primeiro lugar, no grande incremento do número de pequenos estabelecimentos, principalmente nas décadas de 50 a 60: os de menos de 10 ha tiveram a seguinte evolução: 450 mil em 1950; 873 mil em 1960; 1.499 mil em 1970; 1.660 em 1980. Por outro lado, a observação da evolução da área dos estabelecimentos revela um grande crescimento da área daqueles de 500 ha e mais ao longo da década de 70, período que coincide como o início do programa de incentivos financeiros governamentais à modernização agrícola, particularmente — a pecuarização intensiva 10/.

Outra forma de visualizar o caráter distorcido das condições de acesso à terra no Nordeste é através do estudo das categorias ocupacionais na agricultura. A Tabela II mostra um expressivo crescimento da mão-de-obra familiar não-remunerada que, em números absolutos, passou de 2.460.700 pessoas em 1950 para 7.388.036 em 1975 e uma progressiva redução na participação relativa das outras categorias ocupacionais. Considerando que o incremento da força de trabalho têm sido maior nos estabelecimentos de menos de 10 ha 11/, o que, aliás, se mostra consistente com a redução da área média — e a conseqüente proliferação — das pequenas propriedades, pode-se encontrar aí uma das explicações para o aumento da pobreza rural na região. Por outro lado, enquanto a diminuição relativa dos trabalhadores permanentes segue a tendência geral de desenvolvimento do capitalismo no campo, a redução dos assalariados temporários não acompanha a tendência das áreas mais desenvolvidas da agropecuária brasileira, que é de uma maior concentração daquela categoria ocupacional nas menores propriedades ou nas unidades familiares de produção. Ocorre que o processo de pecuarização iniciado nos anos 60 limitou o emprego sazonal na agricultura nordestina, sobretudo no Agreste 12/, provocando a desorganização da força de trabalho, daí resultando a intensificação dos fluxos migratórios.

TABELA II
Força de Trabalho Rural do Nordeste, por Categorias Ocupacionais
1950 a 1975

Categorias Ocupacionais	1950	1960	1970	1975
Mão-de-Obra Familiar	56,8	63,5	83,5	85,1
Empregados Temporários	27,1	23,6	8,5	7,5
Empregados Permanentes	8,7	5,7	4,0	4,5
Parceiros e Outros*	7,4	7,2	4,0	2,9
<hr/>				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE — Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975.

*Agregados, Moradores, etc.

As evidências de desagregação da unidade familiar de produção podem ser melhor percebidas a través dos dados sobre distribuição das categorias ocupacionais nos estabelecimentos agropecuários estratificados segundo uma escala de valores da produção anual. Na tabela III vê-se que as propriedades foram agrupadas em escalas de valores da produção anual que vão de 2 até 37 salários mínimos e mais. A primeira constatação a fazer acerca dos dados contidos na tabela III é a de que 93,1o/o do total de pessoas ocupadas trabalham em estabelecimentos cujo valor da produção anual correspondem a menos de 9 salários mínimos, o que equivale a menos de um salário mínimo de rendimento por mês. Essa proporção é ainda maior em relação à mão-de-obra familiar, cuja proporção chega a 98,2o/o daquela categoria ocupacional. En quanto cerca de 80,0o/o dos assalariados temporários trabalham em estabelecimentos de baixo valor da produção, os parceiros e os assalariados permanentes apresentam maiores percentuais de pessoas trabalhando em estabelecimentos com valores da produção anual superiores a 9 salários míni-

TABELA III

Força de Trabalho Rural do Nordeste por Categoria Ocupacional,
Segundo Grupos de Valor da Produção — 1975 (porcentagem)

Valor da Produção (Salários Mínimos)	Mão-de-Obra Familiar		Empregados Temporários		Empregados Permanentes		Parceiros		Outras Categorias*	
	Total	Familiar	Total	Familiar	Total	Familiar	Total	Familiar	Total	Familiar
0 2	77,4	84,8	49,6	15,1	22,2	45,4				
0 2	15,7	13,4	30,2	21,5	38,7	30,1				
9 18	2,3	1,1	6,5	10,7	16,6	7,7				
18 37	1,5	0,4	4,6	10,9	11,6	6,9				
37 e mais	3,1	0,3	9,1	41,8	10,9	9,9				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(8.679.886)	(7.388.036)	(648.954)	(386.436)	(179.311)	(77.149)				

FONTE: FIBGE — Tabulações Especiais do Censo Agropecuário do Brasil, 1970

*Agregados, Moradores, etc.

mos. A pobreza rural no Nordeste pode ser constatada, ainda, através do valor da renda *per capita* da população rural que, em 1980, equivalia a um terço da renda *per capita* da população urbana e correspondia, também, a um terço do salário mínimo regional 13/.

4. Dinâmica populacional

Não obstante vir reduzindo a sua participação, ao longo do tempo, no total da população brasileira, o Nordeste mantém-se como a segunda região do país em contingente populacional, sendo que os seus 34.811.077 habitantes em 1980 correspondiam a 29,20% da população nacional. Essa redução pode ser melhor apreciada se se tem em mente que na segunda metade do século passado o Nordeste era a região mais povoada do Brasil e a sua população correspondia a quase metade da do país. De acordo com o Censo Demográfico de 1872, a população nordestina representava 46,70% do total nacional. Os subseqüentes declínios da posição do Nordeste *vis-à-vis* a população do resto do país podem ser percebidos através dos seguintes percentuais: 41,70% em 1980; 38,70% em 1900; 36,70% em 1920; 35,00% em 1940; 34,60% em 1950; 32,30% em 1960; 30,20% em 1970; e 29,20% em 1980. Essa perda de participação tem ocorrido não obstante as elevadas taxas de mortalidade na região, que são contrabalançadas pelas altas taxas de mortalidade e de emigração interregional. Ao longo das últimas quatro décadas, foi a seguinte a evolução das taxas brutas de natalidade no Nordeste: 47,5 por mil em 1940-50; 46,5 por mil em 1950-60; 49,6 por mil em 1960-70; e 39,6 por mil em 1970-80. As taxas brutas de mortalidade evoluíram da seguinte forma: 24,5 por mil em 1940-50; 21,0 por mil em 1950-60; 18,4 por mil em 1960-70; e 14,9 por mil em 1970-80. Como consequência das evoluções das taxas de natalidade e de mortalidade, as taxas de crescimento vegetativo subiram de 23,0 por mil para 25,5 por mil e para 31,2 por mil nas três primeiras décadas consideradas, caindo para 24,9 por mil no período 1970-80. Essa redução deveu-se principalmente ao acentuado declínio do índice de fecundidade, que passou de 7,5 filhos por mulher na década de 1960-70 para 6,1 na década seguinte. No entanto, como resultado dos fluxos migratórios interregionais partindo do Nordeste, as taxas de crescimento populacional têm sido persistentemente inferiores às do país, como se observa na tabela IV.

13/ CNRH/IPEA-UNICEF-SUDENE. *Desigualdades Sociais no Nordeste*. Brasília, 1985, p. 32.

TABELA IV

Taxas Médias Geométricas de Incremento Anual da População do Brasil e do Nordeste - 1940-80 (porcentagem)

Períodos	Brasil	Nordeste
1940 - 50	2,4	2,2
1950 - 60	3,4	2,1
1960 - 70	2,9	2,4
1970 - 80	2,5	2,2

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos do Brasil

5. Fluxos migratórios

Como foi dito anteriormente, o Nordeste tem-se caracterizado historicamente como região sujeita a intensos movimentos migratórios intra e inter-regionais. A migração intra-regional toma a forma, predominantemente, de fluxos rurais-urbanos. Enquanto em 1940 cerca de 76,60% da população nordestina viviam nas zonas rurais, esses percentuais foram declinando até chegarem a 49,60% em 1980, indicando um equilíbrio na distribuição espacial da população. A tabela V confirma a tendência à urbanização do Nordeste,

TABELA V

Taxas Médias Geométricas de Incremento da População Urbana e Rural do Nordeste - 1940 - 80 (porcentagem)

Períodos	População Urbana	População Rural	População do Nordeste
1940 - 50	3,4	1,8	2,2
1950 - 60	4,9	1,1	2,1
1960 - 70	4,6	1,2	2,4
1970 - 80	4,1	0,5	2,2

FONTE: Hélio A. Moura e Herber Moura Jr. "Crescimento da População Urbana do Nordeste - 1940/70". *Revista Econômica do Nordeste*, No. 18, out./dez, 1973, p. 59; Hélio A. Moura e Tais F. Santos. *Dinâmica Demográfica Recente dos Estados e Micro-regiões do Nordeste - 1960 / 1980*. Recife, FUNDAJ, 1986, p. 13.

revelando o distanciamento crescente entre as taxas médias de incremento da população urbana e as taxas de crescimento da população rural 14/.

Estimou-se que mais da metade do crescimento líquido da população das 20 maiores cidades do Nordeste entre 1950 e 1970 deveu-se à imigração 15/. Em valores absolutos, cerca de 3,9 milhões de pessoas deixaram as zonas rurais em direção às áreas urbanas da região entre 1950 e 1970. A crescente intensidade do êxodo é evidenciado pelo fato de o número de pessoas que se transferiram do campo para as cidades nordestinas ter passado de 1,8 milhões na década de 50 para 2,1 na década seguinte, alcançando 4,5 milhões no período 1970-80 16/. Das 127 microrregiões nordestinas, cerca de 30 são áreas onde se verificou imigração líquida de população no período 1970-80. Essas microrregiões conformam dois grupos, localizando-se o primeiro — que é formado por metade das cerca de 30 microrregiões — na faixa litorânea do Nordeste; o segundo grupo constituiu-se em dois conjuntos de microrregiões, sendo um localizado na fronteira ocidental do Maranhão, e o outro em torno do trecho médio do Rio São Francisco, na zona do Sertão 17/. A área correspondente ao primeiro grupo abriga várias das capitais de Estados nordestinos e a maior concentração de indústrias da região. O primeiro conjunto do segundo grupo corresponde à última fronteira agrícola da região, que se completou durante a década de 70, e onde se localiza o município de Imperatriz, justamente aquele que apresentou as maiores taxas médias de incremento anual da população no Nordeste, durante as décadas de 60 e 70. O segundo conjunto corresponde — a área mais dinâmica, em termos econômicos, da bacia de irrigação de Rio São Francisco, e ali se localizam as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que foram beneficiadas ao longo dos últimos 20 anos por vários programas governamentais de criação de infra-estrutura, de implantação de indústrias, e de instalação de projetos de irrigação. Um fato marcante nas três áreas caracterizadas pela imigração líquida é o de todas elas abrigarem núcleos urbanos de porte expressivo.

14/Convém lembrar, a propósito das taxas relativamente baixas de crescimento da população rural nos períodos 50-60 e 70-80, que as décadas de 50 e 70 foram marcadas por secas de grandes proporções, que contribuíram para acentuar o êxodo rural.

15/ HELIO A. MOURA. "As Variações Migratórias no Nordeste — 1940/70". Revista Econômica do Nordeste, No. 14, out/dez. 1972, p. 40.

16/ DAVID E. GOODMAN E ROBERTO C. ALBUQUERQUE. Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974, p. 8; Hélio A. Moura e Tais F. Santos, op. cit., p. 13.

17/ Idem, pp. 35-36.

O Nordeste é um tradicional fornecedor de mão-de-obra para outras regiões do país. Durante a década de 30 a região transferiu cerca de 642.580 pessoas para outras áreas, e durante a década seguinte o número de emigrantes chegou a 936.500 18/. Os anos 50 foram um período de intensa emigração interregional, de que resultou um grande diferencial entre as taxas anuais de incremento populacional entre o país e a região: 3,4o/o e 2,1o/o respectivamente. Diversos factores contribuíram para a intensificação da emigração interregional de nordestinos. Além das secas de 1951-53 e 1958, a década de 50 foi um período em que teve início a integração espacial do país, com a realização de grandes investimentos em rodovias e foi, também, uma fase de expressiva expansão industrial da região Sudeste. A construção de Brasília, em fins daquela década, também contribuiu para a acentuação dos fluxos migratórios a partir do Nordeste. Aquele foi um período em que a emigração interregional predominou sobre os movimentos intra-regionais: enquanto a emigração para outras regiões havia representado 48,7o/o da migração total de nordestinos na década de 40, nos anos 50 a proporção havia subido para 52,0o/o. Ao longo da década de 60 o Nordeste transferiu cerca de 2,2 milhões de pessoas para

TABELA VI
Fluxos Emigratórios Interregionais do Nordeste — 1980

Regiões	Emigrantes Nordestinos		Imigrantes Nordestinos		Saldo Migratório
	Segundo Região de Destino		Segundo Região de Procedência		
	No. Absolutos	o/o	No. Absolutos	o/o	
Norte	434.864	7,3	39.395	9,0	-395.369
Sul	275.699	4,7	38.537	8,8	-237.162
Sudeste	4.268.198	71,9	313.937	71,7	-3.954.261
Centro-Oeste	955.709	16,1	45.697	10,5	-910.012
Total	5.934.470	100,0	437.666	100,0	-5.496.804

FONTE: SEPLAN—IPLAN e MINTER/SUDENE/BNB, op. cit., p. 197.

18/ FIBGE. O Brasil em Números. Rio de Janeiro, 1960, p. 11.

outras regiões, tendo sido de 1,5 milhões a saída líquida de nordestinos no período 1970-80 19/. Os saldos migratórios do Nordeste por ocasião dos últimos quatro Censos Demográficos eram; -936,2 mil em 1950; -2.227,3 mil em 1960; -3.473,0 mil em 1970; e -5.496,8 mil em 1980. A taxa de emigração líquida passou de 10,17 em 1950 para 19,33 em 1980,20/. A tabela VI mostra que a região Sudeste é a mais importante seja como lugar de destino de emigrantes, seja como área de procedência de imigrantes no Nordeste. A região que lhe segue, se bem que a grande distância, é o Centro-Oeste. A atração exercida por São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste, e por Brasília, no Centro-Oeste constitui, importante fator explicativo desses direcionamentos. Por outro lado, as migrações de retorno e os requerimentos de mão-de-obra por parte de empresas do Sudeste implantadas com incentivos da SUDENE explicam os fluxos daquelas duas regiões em direção ao Nordeste.

Não obstante serem elevados os saldos migratórios negativos do Nordeste, tem sido atenuada a saída líquida de nordestinos para outras regiões. Esse fato encontra explicação tanto no "fechamento" de algumas importantes áreas de fronteira agrícola do país, notadamente os Estados do Paraná e Goiás, como também a redução no ritmo de expansão das oportunidades de trabalho no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Como continua crescendo a emigração líquida das zonas rurais do Nordeste, passaram as áreas urbanas da região a absorverem a maior parcela desses contingentes: estima-se que a imigração urbana no Nordeste tenha subido, em termos líquidos, durante as décadas de 60 e 70, de 1,7 para 2,9 milhões de pessoas 21/.

6. Considerações finais

As dificuldades que grande parte da população nordestina tem enfrentado, ao longo dos tempos, para encontrar condições satisfatórias de emprego e de vida, a part das oportunidades que se têm apresentado nas zonas rurais e nas áreas urbanas de outras regiões do país, fizeram com que o Nordeste se tornasse uma região sujeita a intensos e permanentes fluxos emigratórios intra e interregionais. Esse fenômeno é revelador das omissões e dos erros

19/ *Idem*, p. 43.

20/ MINTER/SUDENE. *Indicadores Sociais do Nordeste (1979-80)*. Recife, 1983, pp. 36-7.

21/ HELIO A. MOURA E TAIS F. SANTOS, *op. cit.*, p. 43

que sucessivos governos têm cometido ao enfrentarem o secular problema da seca, as distorções na estrutura fundiária, o uso inadequado das terras de maior potencialidade agropecuária, e a insuficiente oferta de empregos nas cidades da região.

E antiga a luta empreendida por alguns segmentos mais esclarecidos da população brasileira, para que seja feita uma reforma agrária no país, havendo consenso, entre eles, de que a transformação da estrutura fundiária no Nordeste deve ser prioritária. Há muito que se tem pregado, através de argumentos técnicos, sobre a necessidade de se tomar a decisão política de promover a reorganização da agricultura da Zona da Mata, aumentando a produtividade da lavoura de cana-de-açúcar, desse modo criando espaços para a produção de alimentos para abastecimento das áreas urbanas ali localizadas. No interior semi-árido a reforma fundiária requer não somente o dimensionamento da propriedade rural típica de acordo com as condições ecológicas, como também a disseminação de tecnologias de captação e armazenamento de água, e uma melhor utilização social de grande manancial de água acumulada nos açudes públicos e particulares espalhados por todo o semi-árido nordestino. A transformação fundiária e as políticas de viabilização econômica da pequena a média propriedade sertaneja deverão trazer como resultado a eliminação da agricultura de subsistência e, conseqüentemente, a redução da pobreza rural no interior semi-árido. Nas áreas urbanas, urge fazer uma revisão da política de industrialização do Nordeste conduzida pela SUDENE, no sentido de reduzir o custo de criação de empregos, aumentar os laços com a produção regional de matérias-primas, e modificar a tendência concentradora, em termos espaciais, que as indústrias apresentam ao se localizarem predominantemente nas regiões metropolitanas de Recife (PE), Salvador (BA) e Fortaleza (CE). Nesse aspecto, caberia um esforço no sentido de aumentar a eficácia do Programa de Cidades de Porte Médio, inclusive pelo papel que elas têm desempenhado na atração de migrantes nordestinos: vale lembrar, a propósito, que algumas das áreas de maior intensidade imigratória ao longo da última década foram justamente as microrregiões onde se situam várias cidades médias, capitais de Estados nordestinos como Natal (RN), João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracaju (SE), as cidades geminadas de Petrolina-Juazeiro, e Imperatriz.